

MOVA SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.

Demonstrações Financeiras
30 de junho de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstração dos resultados	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à vossa apreciação as demonstrações financeiras da MOVA Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A., acompanhado do relatório dos auditores independentes referente ao semestre findo em 30 de junho de 2024.

Sobre a Mova

A MOVA Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A. (“Mova ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica regulada pelo Banco Central do Brasil nos moldes da Resolução 4.656 de 26 de abril de 2018, atualizada pela Resolução 5.050 de 25 de novembro de 2022.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 30 de junho de 2024, a Mova possui ativos totais de R\$ 54,2 milhões (R\$ 47,9 milhões em 2023), sendo R\$ 13,5 milhões de caixa e equivalentes a caixa (R\$ 0,9 milhões em 2023).

O patrimônio líquido em 30 de junho de 2024 é R\$ 25,5 milhões (R\$ 17,2 milhões em 2023).

O lucro no primeiro semestre de 2024 é de R\$ 8,3 milhões (prejuízo R\$ 9,3 milhões em 2023).

São Paulo, 22 de agosto de 2024.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A. em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

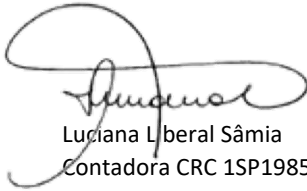
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.

Balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2024	31/12/2023	Passivo	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	3.059	897	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		2.142	57
				Valores a repassar - Operações entre pessoas	9	2.142	57
Instrumentos financeiros		10.550	16.762				
Títulos e valores mobiliários	4, 5.a e 5.b	10.550	16.762	Outros passivos		26.552	30.653
				Fiscais e previdenciárias	10.a	5.136	3.153
Outros Ativos		39.496	29.107	Outros passivos	10.b	5.790	1.780
Adiantamentos diversos	7	626	386	Comissões a pagar	10.c	2.134	4.780
Impostos e contribuições a compensar	7	5.354	256	Obrigações com partes relacionadas	10.d	13.337	20.507
Créditos tributários	7 e 16	24.148	26.586	Contingências	10.e	155	433
Serviços prestados a receber	7	9.329	1.529				
(-) Provisão para perdas esperadas	7	(13)	-				
Valores a receber	7	52	350				
				Patrimônio líquido	11	25.488	17.225
Imobilizado		1.077	1.169	Capital Social		57.250	57.250
Imobilizado de uso	8	1.482	1.416	Prejuízos Acumulados		(31.762)	(40.025)
Depreciação		(405)	(247)				
Total do Ativo		54.182	47.935	Total do Passivo		54.182	47.935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	Semestres	
		30/06/2024	30/06/2023
Receitas da intermediação financeira		37.924	20.881
Receitas de intermediação financeira	12	37.924	20.881
Outras Receitas operacionais		24.725	1.633
Outras receitas operacionais	13	770	463
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.c	816	1.170
Receitas de prestação de serviços	13	23.139	-
Outras Despesas Operacionais		(48.954)	(37.876)
Despesas de pessoal	14.a	(9.515)	(11.847)
Outras despesas administrativas	14.b	(29.204)	(18.547)
Despesas tributárias	14.c	(5.931)	(2.069)
Outras Despesas Operacionais	14.d	(4.291)	(5.413)
(-) Provisão para perdas esperadas		(13)	-
Despesas de provisões		(41)	(22)
Provisões para Contingências	10.e	(41)	(22)
Resultado operacional		13.654	(15.384)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		13.654	(15.384)
Imposto de renda e contribuição social		(5.391)	6.105
Provisão para imposto de renda		(1.816)	-
Provisão para contribuição social		(1.138)	-
Ativo fiscal diferido		(2.437)	6.105
Lucro / Prejuízo do semestre		8.263	(9.279)
Lucro / Prejuízo do semestre por ação - R\$		0,14433	(0,16208)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Semestres	
	30/06/2024	30/06/2023
Lucro/Prejuízo do semestre	8.263	(9.279)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do semestre	8.263	(9.279)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Lucros / Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		17.250	(20.756)	(3.506)
Prejuízo líquido do semestre				
Prejuízo do semestre		-	(9.279)	(9.279)
Integralização de Capital	11	40.000	-	40.000
Saldos em 30 de junho de 2023		57.250	(30.035)	27.215
Saldos em 31 de dezembro de 2023		57.250	(40.025)	17.225
Lucro líquido do semestre				
Lucro do semestre		-	8.263	8.263
Saldos em 30 de junho de 2024		57.250	(31.762)	25.488

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30 de junho de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

	Nota	Semestres	
		30/06/2024	30/06/2023
Atividades operacionais			
Ajustes do semestre			
Lucro/Prejuízo do semestre		8.263	(9.279)
Provisão para perdas esperadas		13	-
Ativo fiscal diferido	7	5.391	(6.105)
Depreciação	8.a	158	47
Provisão de passivos contingentes	10.d	(278)	9
Lucro/Prejuízo ajustado		13.547	(15.328)
Aumento / redução nos ativos operacionais		995	(41.822)
Títulos e valores mobiliários	5	16.762	(41.237)
Outros ativos	7	(7.954)	659
Serviços prestados a receber	7	(7.813)	(1.244)
Aumento / redução nos passivos operacionais		(1.738)	17.932
Obrigações trabalhistas		868	940
Obrigações fiscais e previdenciárias		1.982	614
Valores a repassar - Operações entre pessoas		2.085	(49)
Outros passivos		497	1.659
Obrigações com partes relacionadas		(7.170)	14.768
(=) Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		12.804	(39.218)
Atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	8	(92)	(130)
(=) Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(92)	(130)
Atividades de financiamento			
Aumento de Capital	11	-	40.000
(=) Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamento		-	40.000
Aumento / redução de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.712	652
Caixa e Equivalentes de Caixa			
No início do semestre	4	897	834
No fim do semestre	4	13.609	1.486
Aumento / redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		12.712	652

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Mova Sociedade de Empréstimo Entre Pessoas S.A (“Instituição” ou “Mova”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Faria Lima, 1306, 6º andar, Pinheiros, São Paulo, que tem como objeto social a prática de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica. Em 16 de abril de 2019 o Banco Central do Brasil concedeu autorização para o funcionamento desta Instituição.

A Experian, empresa global de serviços de informação, anunciou em 16 de maio de 2022 a celebração de acordo de investimento para aquisição de participação societária representando 51% do capital social da Mova. O investimento de R\$ 40 milhões foi realizado por meio da Financeira Veloz Holding Financeira S.A., parte do grupo Serasa Experian, mediante emissão primária de ações. A operação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 21 de julho de 2022, e aprovada pelo Banco Central do Brasil em 03 de agosto de 2023.

A MOVA alcançou fase de crescimento sustentável, com captação de novos parceiros comerciais de alta relevância em seus mercados, através de produtos e serviços desenvolvidos e elaborados a partir de investimentos efetuados em sua plataforma tecnológica, permitindo a geração de resultado positivo nesse primeiro semestre de 2024.

2. Base para apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e de acordo com a circular 3.903 de 06 de junho de 2018 do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Foram adotados, para fins de divulgação, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional, que foram aprovados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de agosto de 2024.

3. Descrição das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes

São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b) Instrumentos financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

ii. Outros ativos e passivos

São demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base "*pro rata*" dia.

iii. Valores a receber e a repassar de operações de empréstimos entre pessoas

As operações de empréstimos entre pessoas por meio de plataforma eletrônica são registradas com os parâmetros estabelecidos pela Resolução 4.656/18 e registradas em conta de compensação de acordo com a Instrução Normativa BCB nº 276 de 4/4/2022.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram reconhecidas perdas por imparidade no semestre findo em 30 de junho de 2024.

c) Imobilizado

A Resolução nº 4.535 de 24 de novembro de 2016 dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso.

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

d) Intangível

Conforme disposto na Resolução CMN nº 4.534/16, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, conforme Instrução Normativa nº 276/2022 do BACEN.

e) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados nas notas explicativas conforme BCB 02, pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

f) Passivos contingentes e obrigações legais

Os passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando as opiniões da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial. Embora a Carta Circular Bacen nº 3.429 de 11.02.2010 tenha sido revogada pela IN nº 319 de 04.11.2022, o procedimento foi mantido, tendo em vista não haver fato novo atrelado aos processos cujos montantes já haviam sido registrados.

g) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

i) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada sobre a alíquota de 15%.

ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 4.842 de 30 de julho de 2020, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

h) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Resolução CMN no. 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. Não foram identificadas perdas por *impairment* no semestre findo em 30 de junho de 2024.

i) Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

j) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

k) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Resultado recorrente e não recorrente

As políticas internas da Mova consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da instituição previsto em seu Estatuto Social.

Para fins do disposto na Resolução BCB nº 2/20, considera-se resultado não recorrente o resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Não identificamos resultados não recorrentes no semestre findo em 30 de junho de 2024.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídas por:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	Valor	Valor
Omni Banco S.A.	5	165
Banco Bradesco S.A.	1.413	659
Banco Itaú S.A.	743	12
Banco Do Brasil Corporate	1	3
Iugu Serviços Na Internet S.A.	897	43
Transfeera Serviços De Pagamentos Ltda	-	15
Cotas de Fundos de Investimentos	10.550	16.243
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	13.609	17.140

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata ou apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição dos títulos e valores mobiliários

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
	Valor	Valor
Títulos de Renda Fixa	-	519
Total	-	519

b) Composição por vencimento:

Descrição	30/06/2024			31/12/2023
	Sem vencimentos	Valor contábil	Valor mercado	Valor custo atualizado
Títulos de Renda Fixa	-	-	-	519
Total	-	-	-	519

c) Resultado com títulos e valores mobiliários:

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Resultado de aplicação s/títulos de renda fixa e vinculados a garantia	-	1.166
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	1
Resultado de operações s/cotas de fundos de investimentos (nota 13)	816	3
Total	816	1.170

6. Operações de crédito

As operações ativas são remuneradas a uma taxa que varia entre 0,00% a 300% ao ano, de acordo com o prazo da operação.

a) Saldo de operações SEP “Sociedade de Empréstimos entre Pessoas” (Tomador) pelo prazo das operações:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2035	2036	Total	2023
Total	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Pessoa Física	15.682	82.926	42.301	81.341	35.098	14.554	8.193	36.904	1.675	30	7	0	318.711	236.274
Pessoa Jurídica	29.348	119.063	370.352	227.410	17.123	19.517	902	2.937	0	0	0	5.217	791.869	776.842
Total Geral	45.030	201.989	412.653	308.751	52.221	34.071	9.095	39.841	1.675	30	7	5.217	1.110.580	1.013.116

b) Saldo de operações SEP “Sociedade de Empréstimos entre Pessoas” (Investidor) pelo prazo das operações:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2035	2036	Total	2023
Total	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Pessoa Física	4.711	41.811	12.340	30.140	8.565	9.416	519	2.937	0	0	7	5.217	115.663	55.147
Pessoa Jurídica	40.319	160.178	400.313	278.611	43.656	24.655	8.576	36.904	1.675	30	0	0	994.917	957.969
Total Geral	45.030	201.989	412.653	308.751	52.221	34.071	9.095	39.841	1.675	30	7	5.217	1.110.580	1.013.116

A Mova Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S.A. intermedia operações de empréstimo/financiamento entre empresas ou pessoas.

c) Movimentação das operações:

	30/06/2024	31/12/2023
Saldo anterior	1.013.116	558.748
(+) Operações realizadas no período	899.484	1.138.130
(+) Rendas	87.373	252.976
(-) Liquidações de parcelas	(889.393)	(936.738)
Saldo final	1.110.580	1.013.116

7. Outros ativos

	30/06/2024		31/12/2023
Descrição	Circulante	Total	Total
Adiantamentos diversos	626	626	386
Impostos e contribuições a compensar	5.354	5.354	256
Créditos tributários	24.148	24.148	26.586
Serviços prestados a receber ⁽¹⁾	9.329	9.329	1.529
(-) Provisão para perdas esperadas	(13)	(13)	0
Valores a receber cobrança	52	52	350
Total	39.496	39.496	29.107

⁽¹⁾ O saldo refere-se a serviços de intermediação de operações de empréstimos entre pessoas. E o aumento refere-se a novos clientes em 2024.

8. Imobilizado de uso

Descrição	Taxa de depreciação	31/12/2023	Adições / Baixas	30/06/2024
Outras imobilizações de Uso ⁽¹⁾	10%	1.416	66	1.482
(-) Depreciações		(247)	(158)	(405)
Total		1.169	(92)	1.077

⁽¹⁾ O saldo de R\$ 1.416 (R\$ 483 em 31/12/2022) refere-se aquisição de máquinas e equipamentos.

9. Depósitos e Demais Instrumentos financeiros passivos

Descrição	30/06/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Valores a repassar - Operações entre pessoas ⁽¹⁾	2.142	2.142	57
Total	2.142	2.142	57

⁽¹⁾ O valor de R\$ 2.142 (R\$ 57 em 31/12/2023) corresponde a recursos disponibilizados pelos credores ainda não repassados aos tomadores.

10. Outros passivos

a) Fiscais e previdenciárias

Descrição	30/06/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Contribuição para o COFINS	309	309	194
Impostos e contribuições serviços de terceiros	174	174	75
Impostos e contribuições sobre salários	582	582	642
Programa de Integração Social – PIS	50	50	32
Imposto Sobre Serviços – ISS	379	379	233
Imposto de renda e contribuição social	2.954	2.954	-
Outros Cobrança	55	55	313
Cobrança e Arrecadação	633	633	1.664
Total	5.136	5.136	3.153

b) Outros Passivos

Descrição	30/06/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Fornecedores a pagar	3.302	3.302	158
Obrigações trabalhistas	2.488	2.488	1.622
Total	5.790	5.790	1.780

c) Comissões a pagar

Descrição	30/06/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Comissões a pagar ⁽¹⁾	2.134	2.134	4.780
Total	2.134	2.134	4.780

⁽¹⁾ As comissões a pagar referem-se a Marketing Direto (Leads).

d) Obrigações com partes relacionadas

Descrição	30/06/2024		31/12/2023
	Circulante	Total	Total
Mútuo Serasa S.A.	13162	13.162	20.344
Outras partes relacionadas	175	175	163
Total	13.337	13.337	20.507

e) Contingências

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes de 2024, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Descrição	30/06/2024			Saldo em 30/06/2024
	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Reversão)	
Ações cíveis	433	79	(357)	155
Total	433	79	(357)	155

Descrição	31/12/2023			Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	(Reversão)	
Ações cíveis ⁽¹⁾	50	450	(67)	433
Total	50	450	(67)	433

⁽¹⁾ Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídicas.

f) Classificação das ações por níveis de riscos

30/06/2024		
Ações Cíveis	Quantidade	Valor
Prováveis	21	155
Possíveis	211	7.512
Total	232	7.667

31/12/2023		
Ações Cíveis	Quantidade	Valor
Prováveis	13	433
Possíveis	166	6.113
Total	179	6.546

11. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital social em 30 de junho de 2024 é de R\$ 57.250 e estão representadas por 35.204.081 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 03 de abril de 2023, os acionistas deliberaram e aprovaram o aumento de Capital Social da Instituição passando de R\$ 17.250 para R\$ 57.250.

Em 03 de agosto de 2023, por meio do ofício 18.959/2023-BCB, o Banco Central do Brasil aprovou conforme especificado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o pedido de autorização para aumento de capital, a reforma estatutária da Instituição, a eleição dos membros da diretoria e a alteração do controle societário com a entrada da Financeira Veloz Holding Financeira S.A.

	30/06/2024	31/12/2023
Capital Social	57.250	17.250
Ações Ordinárias no País	-	40.000
Total do Capital Social	57.250	57.250

Dividendos obrigatórios

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da Lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela Instituição. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a Assembleia Geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

A Instituição apresentou lucro em 30 de junho de 2024, mas devido ao prejuízo acumulado, não foram provisionados e nem distribuídos dividendos.

12. Receitas da Intermediação Financeira

As receitas e despesas de intermediação financeira são decorrentes das operações de empréstimos e de financiamentos entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Receitas de intermediação financeira	37.924	20.881
Total	37.924	20.881

13. Outras receitas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Reversão de Provisões Operacionais	100	463
Atualização de impostos a compensar	4	-
Recuperação De Encargos E Despesas	666	-
Rendas com TVM (nota 5)	816	1.170
Receitas de prestação de serviços ⁽¹⁾	23.139	-
Total	24.725	1.633

⁽¹⁾ As receitas de prestação de serviços no ano de 2024 refere-se a oferta de novos produtos.

14. Outras despesas operacionais

a) Despesas de pessoal

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Remuneração	(6.248)	(7.644)
Encargos	(2.317)	(2.755)
Benefícios	(833)	(1.275)
Treinamentos	(108)	(141)
Indenizações trabalhistas	(9)	(32)
Total	(9.515)	(11.847)

b) Outras despesas administrativas

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Serviços técnicos especializados ⁽¹⁾	(1.297)	(1.111)
Processamento de dados ⁽²⁾	(2.669)	(1.329)
Serviços do sistema financeiro ⁽³⁾	(896)	(1.122)
Despesas com serviços de terceiros ⁽⁴⁾	(22.422)	(12.847)
Comunicações	(358)	(103)
Despesas de aluguéis	(386)	(324)
Propaganda e publicidade	(31)	(1.191)
Outras despesas administrativas	(617)	(261)
Taxas e notificações	(370)	(197)
Depreciação Processamento De Dados	(158)	(62)
Total	(29.204)	(18.547)

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a Serviços de Consultorias estratégicas, Serviços Administrativos e Assessorias Técnicas.

⁽²⁾ Referem-se substancialmente a Manutenção de sistemas e Desenvolvimento.

⁽³⁾ Referem-se substancialmente a Consultas e Pesquisas De Serviços Cadastrais.

⁽⁴⁾ Referem-se substancialmente a despesas com comissões de intermediação de negócios e Marketing Direto.

c) Despesas tributárias

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Despesa com COFINS	(2.476)	(882)
Despesa com ISS	(3.053)	(1.044)
Despesa com PIS	(402)	(143)
Total	(5.931)	(2.069)

d) Outras despesas operacionais

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Outras Despesas Operacionais ⁽¹⁾	(4.291)	(5.413)
Total	(4.291)	(5.413)

⁽¹⁾ Referem-se substancialmente a despesas com atualização de mútuos R\$ 1.240 (sendo R\$ 2.268 em junho de 2023).

15. Demonstração do cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
A - Resultado antes do imposto de renda, da contribuição social	13.654	(15.384)
Adições	16.159	148
Exclusões	(18.979)	(127)
Base de cálculo (prejuízo fiscal / base negativa)	10.834	(15.363)
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(3.250)	-
Lucro real/prejuízo após a compensação	7.584	(15.363)

16. Crédito Tributário

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Prejuízo fiscal/Base Negativa de CSLL	57.986	61.236
Provisão para perdas esperadas	13	-
Demais provisões temporárias	2.372	5.227
	60.371	66.463
Alíquota de IRPJ 25%	15.093	16.616
Alíquota de CSLL 15%	9.055	9.970
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24.148	26.586

O saldo de prejuízo fiscal/base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, provisão para perdas esperadas e demais provisões temporárias em 30 de junho de 2024 é de R\$ 60.371 (R\$ 49.855 em junho/2023).

Foi constituído em 30/06/2021 de acordo com a Resolução 4.842 de 30 de julho de 2020 (Conselho Monetário Nacional), crédito tributário de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O Estudo Técnico realizado pela companhia apresentará a partir de 2024 lucro real considerando as projeções de resultado advindos das ações do novo controle acionário.

Expectativa de realização do Crédito Tributário

Data Base 30/06/2024	2024	2025	2026	Total
Prejuízo Fiscal/Base Negativa CSLL	2.896	7.166	13.132	23.194
Provisão para perdas esperadas	5	-	-	5
Demais Provisões Temporárias	887	62	-	949
TOTAL	3.788	7.228	13.132	24.148
VALOR PRESENTE	3.431	5.930	9.760	19.121
% Realização Ano	15,69%	29,93%	54,38%	100,00%

Em 30 de junho de 2024, os valores presentes desses créditos tributários montam R\$ 19.121 considerando a taxa Selic de 10,40% ao ano.

17. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos decorrentes de operações com partes relacionadas, estão demonstrados a seguir:

Descrição	30/06/2024		31/12/2023	
	Ativos/ Passivos	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ Passivos	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	5	(12)	165	(60)
Omni Banco S.A (nota 4)	5	(12)	165	(60)
Outros Ativos	1.742	-	-	-
Omni S/A Crédito, Financiamento E Investimento (nota 7)	1.742	-	-	-
Total de Ativos	1.747	(12)	165	(60)
Outras Obrigações	13.337	(1.240)	20.507	(344)
Omni S/A Crédito, Financiamento E Investimento (nota 10.c)	175	-	163	-
Serasa S.A. (nota 10.c)	13.162	(1.240)	20.344	(344)
Total de Passivos	13.337	(1.240)	20.507	(344)

Operações de crédito com partes relacionadas

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil, instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, a partir de 01/01/2019, desde que observadas as seguintes condições previstas em seu artigo 6º e limites definidos em seu artigo 7º, tais como:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

18. Estrutura de gerenciamento de risco de capital

A Mova Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A., enquadrada no segmento S5 conforme Resolução 4.553/17, e atendendo à disposição da Resolução 4.557/17, possui estrutura simplificada de gerenciamento de riscos, que é capaz de identificar, mensurar, avaliar, monitorar reportar, controlar e mitigar os riscos relevantes da instituição. Esse processo visa permitir total transparência às operações de credores e devedores Mova.

A estrutura de gerenciamento de riscos está em constante desenvolvimento, de forma a se adaptar à evolução da complexidade das operações realizadas pela instituição.

A seguir são apresentados aspectos da estrutura de gerenciamento de Riscos Mova em relação às principais classes de risco:

18.1. Gerenciamento de riscos e análise de sensibilidade

a) Risco de Crédito:

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Considerando as limitações impostas às Sociedades de Empréstimos entre Pessoas - SEP (conforme Resolução 4.656/18), é vedada a utilização de recursos próprios desta instituição para concessão de empréstimos e financiamentos. A exposição ao risco de crédito Mova, neste contexto, está relacionada basicamente à aplicação de recursos próprios desta instituição.

b) Risco de Liquidez:

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros conforme esperado. Para tanto, a Mova analisa constantemente a adequação de seus fluxos de caixa para os próximos 12 meses, mantendo níveis de liquidez mínimo conforme regulamentação vigente.

c) Risco de Mercado:

O risco de mercado é definido pela possibilidade de perdas oriundas de variações de preços à mercado de títulos ativos e passivos, o que poderia ocasionar perda de liquidez para honrar os compromissos.

A Mova, por ser caracterizada como SEP, não está exposta ao risco de mercado pois não capta recursos para fins operacionais, e não mantém qualquer instrumento financeiro que possa gerar perda como operações de câmbio, arbitragem ou mesmo em commodities.

d) Risco Operacional:

O risco operacional pode ser gerado por ocorrência de perdas fruto de eventos externos ou de falhas, erros, deficiências ou mesmos processos internos desatualizados ou inadequados, podendo ser promovidos por pessoas ou sistemas. Neste fator de risco estão incluídos os riscos cibernéticos.

A Mova mantém controle de acessos, e procedimento tempestivo de monitoramento e controle das informações disponíveis em sua plataforma, com constante revisão de seus processos com a finalidade de identificar mitigar exposições ao risco.

e) Risco Socioambiental:

O risco socioambiental pode ser definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais que venham a ser causados pelas atividades da instituição financeira.

No processo de KYC (conheça seu cliente – devedor e credor) a Mova aplica técnica de PLDFT “Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento de Terrorismo”, avalia Risco de Fraude, analisa Crédito, avalia Risco Reputacional, assim como a exposição ao Risco Socioambiental conforme a Resolução do BACEN 4.327/2014.

Todos os solicitantes de crédito e investidores são avaliados de forma a não comprometerem a imagem da Mova junto ao mercado, aos investidores e aos órgãos regulamentares.

Infratores de delito Socioambiental não estão aptos a operarem através da plataforma da Mova.

f) Risco Regulatório:

O risco regulatório está relacionado às perdas incorridas e/ou sanções sofridas pela instituição decorrentes do descumprimento de dispositivos regulatórios ou legais.

18.2. Basileia e gerenciamento de capital

Em atendimento à Resolução 4.606/17, segue abaixo o cálculo do requerimento de Patrimônio de Referência Simplificado da Mova em 30 de junho de 2024:

	30/06/2024	30/06/2023
Índice de Basileia (A/C)	3%	-308%
Limite Regulatório	17%	17%

	30/06/2024	30/06/2023
Descrição	Valor	Valor
Patrimônio de referência Prs5 (a)	1.340	(33.167)
Risco de Crédito (RWARCpad)	28.108	4.597
Risco Operacional (RWAROpad)	11.982	6.174
Patrimônio de Referência Exigido Para Limite (b)	6.815	1.831
Margem (a - b)	(5.475)	(34.999)

19. Outras informações

Auditoria Independente

Em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC PA 400 de 21 de novembro de 2019, informamos que a empresa contratada para a revisão das Demonstrações Financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2024, não prestou outros serviços a Instituição que não os de auditoria independente, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os seus interesses de seu cliente. Os valores pagos aos auditores independentes, referente aos serviços de auditoria externa estão previstos para o ano de 2024 no montante de R\$ 111 (R\$ 82 em 2023).

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0